



Renan sugere medida provisória para liberar créditos do Fies

Para não prejudicar 2 milhões de estudantes que dependem do programa, presidente do Senado propôs a Temer outra forma de disponibilizar a verba

Como o Congresso não obteve quorum para votar na quarta-feira o projeto que abre crédito suplementar de R\$ 1,1 bilhão para o Ministério da Educação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou carta ao presidente da República, Michel Temer, sugerindo que a liberação dos recursos seja feita por medida provisória.

Renan descarta que essa sugestão gere crime fiscal, como ocorreu com a ex-presidente Dilma Rousseff, porque ela usou decreto para os créditos suplementares. Ele ressaltou que medida provisória tem força de lei e o Executivo tem competência para editá-la. **2**



Jonas Pereira/Agência Senado — 5/10/2016

Renan conduz a sessão do Congresso de quarta-feira, quando não houve quorum para votação do projeto que abre crédito suplementar para viabilizar o Fies

Brasil está entre recordistas em casamentos precoces

Foi divulgado ontem no Senado um estudo que coloca o Brasil no terceiro lugar entre os países da América Latina no ranking da prevalência de meninas com menos de 18 anos casadas. Especialistas disseram que o problema é causado pela pobreza, pela gravidez indesejada e também pela cultura machista, que dificulta às jovens sair de casa, estudar e trabalhar. A senadora Regina Sousa disse que esse tipo de debate precisa envolver também os homens. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Gabriela Mora, do Unicef, fala na audiência, conduzida por Regina Sousa (C)

Senado poderá apoiar Censo Agropecuário de 2017

Em audiência na Comissão de Agricultura (CRA), o presidente do IBGE, Paulo Rabello de Castro, pediu ajuda aos senadores para reverter a decisão do governo de cancelar

a realização do Censo Agropecuário 2017. O levantamento é fundamental para o planejamento do setor, ressaltou. O último censo é de 2006, pois o que deveria ter sido feito em

2011 também foi cancelado.

A presidente da comissão, Ana Amélia, sugeriu que metade dos recursos de emenda da CRA ao Orçamento seja destinada à execução do censo. **4**



Pedro Franco/Agência Senado

Castro, do IBGE, obteve apoio de Ana Amélia para tentar manter o censo, cancelado pelo corte de recursos do governo

Divulgados nomes dos alunos que serão jovens senadores

O resultado final do concurso de redação que seleciona alunos para o Projeto Jovem Senador foi conhecido ontem. O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana, anunciou os 27 nomes, um de cada estado e do DF. Em ano de Olimpíadas no Rio, os candidatos, alunos de escolas públicas estaduais,

escreveram sobre esporte. O primeiro lugar ficou com Dilson Pieve, de Três Pontas (MG). O segundo, com Isabelle da Silva dos Santos, de Brasília (DF). E o terceiro, com Acsa de Albuquerque, de Macaparana (PE). Em novembro, os 27 estudantes vão atuar como senadores por quatro dias. **2**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Viana anuncia nomes dos 27 finalistas do concurso de redação deste ano

Novas regras do Supersimples vão para sanção

Lei sobre verbas para Olimpíadas é promulgada

Comissão do Parlasul terá Gleisi como vice

Rádio Senado explica como Vargas fechou o Congresso

Em carta a Michel Temer, presidente do Senado propõe que o governo edite medida provisória para abrir crédito ao programa. Projeto com esse objetivo está na pauta do Congresso, mas não foi votado na quarta

Renan sugere que liberação de verba ao Fies seja por MP

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, enviou ontem uma mensagem à Presidência da República sugerindo que os créditos extraordinários destinados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) sejam liberados por meio de medida provisória (MP).

O Projeto de Lei do Congresso (PLN) 8/2016, que abre crédito suplementar no valor de R\$ 1,1 bilhão para o Ministério da Educação, estava na pauta da sessão do Congresso de quarta-feira. Por falta de quorum, porém, a sessão teve de ser encerrada sem a votação dos destaques de dois vetos e de vários projetos de lei — entre eles, o PLN 8/2016.

Durante a sessão, foi levantada a possibilidade de o governo editar uma MP para liberar o crédito para o Fies, para não prejudicar cerca de 2 milhões de alunos que dependem do programa. Assim, na carta enviada a Michel Temer, Renan sugere que a Presidência “avalie a pertinência de editar



Sessão do Congresso foi encerrada na madrugada de quinta-feira, sem quorum

medida provisória que determine a abertura de crédito extraordinário em favor do pagamento de despesas do Fies”.

Renan já descartou a possibilidade de abertura de processo por crime fiscal por causa da MP, a exemplo do que ocorreu com a ex-presidente Dilma Rousseff. Segundo Renan, o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou o governo Dilma por usar decreto, e não MP, para a abertura de crédito.

— MP tem força de lei e é competência do Executivo

editá-la — argumentou.

Do valor total previsto no projeto, R\$ 400,9 milhões são destinados à realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O valor restante, R\$ 702,5 milhões, é destinado a despesas com os serviços de administração de contratos, prestados por agentes financeiros ao Fies.

Veja a íntegra da carta: <http://bit.ly/mensagem100de2016>
 PLN 8/2016: <http://bit.ly/PLN8de2016>

Mudanças no Supersimples vão para a sanção presidencial

Mais um projeto da Agenda Brasil vai para a sanção presidencial. A Câmara aprovou na terça-feira mudanças nos limites de faturamento para que pequenas e microempresas entrem no Supersimples. Trata-se do substitutivo ao PLC 125/2015, aprovado no Senado em junho.

O Supersimples facilita a vida

dos empreendedores com mais facilidade no recolhimento dos tributos. Hoje, para ser incluída no programa, a microempresa tem que ter faturamento anual de até R\$ 360 mil. Com a mudança na norma, o limite sobe para R\$ 900 mil. No caso da empresa de pequeno porte, o teto salta de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões.

Promulgada lei sobre verbas para segurança nas Olimpíadas

O Diário Oficial da União de ontem trouxe a promulgação da Lei 13.343/2016, que liberou auxílio financeiro do governo federal ao estado do Rio de Janeiro para as despesas com

segurança pública durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016. Foi aberto crédito extraordinário de R\$ 2,9 bilhões por meio da MP 736/2016, aprovada pelo Senado na terça.

Gleisi é eleita vice de comissão do Parlasul

Gleisi Hoffmann (PT-PR) foi eleita vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários do Parlamento do Mercosul (Parlasul). A eleição aconteceu ontem em Montevidéu.

A comissão aprovou um projeto de declaração que rechaça os posicionamentos do governo Macri, na Argentina. Segundo a declaração, os parlamentares “demonstram preocupação e rejeição frente às intenções do governo argentino em avançar na integração com a Aliança do Pacífico e com o Acordo Transpacífico, devido ao impacto negativo à indústria regional e ao comércio no bloco do Mercosul”.

Anunciados os 27 finalistas do Projeto Jovem Senador

Os vencedores do Projeto Jovem Senador 2016 foram anunciados ontem pelo primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC). O tema da redação neste ano foi o esporte, sob inspiração dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio.

O primeiro lugar foi Dilson Pieve, de Três Pontas (MG), que escreveu “O esporte como agente transformador de pessoas e situações”.

Em segundo lugar ficou Isabelle da Silva dos Santos, de Brasília (DF), com “Transformando pelo esporte”.

A terceira posição ficou

com Acasa de Albuquerque, de Macaparana (PE). Ela escreveu “Garantir o acesso à prática esportiva e promover a cidadania”.

Eles farão parte da delegação de 27 alunos de ensino médio de escolas públicas estaduais, um de cada estado e do DF, que virão a Brasília em novembro para atuar como senadores por quatro dias.

Viana destacou a eleição de José Patrocínio Dantas Neto para vereador de Parelhas (RN), pelo PMDB. Ele tem 19 anos e foi o representante do Rio Grande do Norte na edição de 2014 do Jovem Senador.



Comissão julgadora escolheu os vencedores, que escreveram sobre esporte

Rádio Senado mostra que Getúlio deixou país 9 anos sem Legislativo

O tema do programa *Reportagem Especial* que a Rádio Senado leva ao ar hoje, às 18h, são os nove anos em que o Brasil ficou sem o Senado. O fechamento ocorreu em 1937, quando Getúlio Vargas impôs

a ditadura do Estado Novo. O programa será reprisado amanhã e no domingo.

REPORTAGEM ESPECIAL
 • hoje, às 18h; reprise amanhã, às 10h, e domingo, às 17h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT** Audiência em São José dos Campos (SP)
- 8h Debate sobre os impactos e gargalos na ciência, tecnologia, inovação e competitividade.
- PLENÁRIO** Discursos
- 9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.
- CRA** Laticínios e derivados
- 14h 8º seminário do ciclo de palestras sobre cadeia produtiva de laticínios e derivados.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

País ignora casamento de garotas, diz pesquisa

Levantamento divulgado no Senado mostra que Brasil é 3º país da América Latina com mais meninas menores de 18 anos casadas. Militantes cobram valorização da mulher

O BRASIL É o terceiro país da América Latina no ranking de casamentos de meninas menores de 18 anos de idade, atrás de Nicarágua e República Dominicana. Nos casamentos até os 15 anos, o país fica em 17º lugar. As adolescentes são levadas pela pobreza — fugindo da violência física e sexual ou pressionadas pelos pais, pela comunidade ou pela igreja.

É o que demonstra uma pesquisa do Instituto Promundo divulgada ontem numa audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e pelo Projeto Pauta Feminina, da Procuradoria da Mulher do Senado.

— Quando falamos em casamento infantil, pensamos em Índia, África, tribos indígenas. Mas o problema também é brasileiro — disse Danielle Lopes, coordenadora da pesquisa.

O estudo ouviu 250 meninas



A senadora Regina Sousa (C) preside audiência que abordou realidade de meninas que se casam antes dos 18 anos

de até 18 anos e 250 homens de 24 a 60 anos casados com adolescentes no Pará e no Maranhão, estados onde esse tipo de união é mais frequente. Mas o fenômeno é nacional e ocorre tanto na área urbana quanto na área rural.

O casamento vem com frequência após a iniciação sexual da adolescente ou por uma gravidez indesejada, como forma de “lavar a honra”. É também uma possibilidade de independência em relação

aos pais. Na maioria, as uniões não são oficiais.

A pobreza incide de maneira determinante, mas não explica tudo, afirmou Danielle. As normas sociais de gênero que pautam as relações também entram no contexto.

— A menina é subestimada, não tem autonomia, é vista como feita para se casar ou ser do lar. Sair de casa para se casar depois de ter emprego e formação superior não é um horizonte. O casamento é visto

como uma possibilidade de saída — destacou.

Machismo

A entrevista com os homens mostrou um pensamento machista. Questionados sobre os motivos que os levam a se casar com uma pessoa em média nove anos mais nova, a resposta mais frequente é ligada à beleza e aos corpos mais atraentes das adolescentes. Além disso, as mais novas são mais fáceis de controlar, principalmente por

serem os homens nesses casos os provedores da casa.

A secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Claudia Vidigal, propôs criar uma rede nacional de empoderamento de meninas para que as participantes da audiência pública se articulem de forma sistemática.

A professora Josilene Aires, da Paraíba, fez um relato sobre um projeto que estimula as mulheres a ocupar espaços tradicionalmente ocupados por homens, como ocorre com a área de ciências exatas.

A senadora Regina Sousa (PT-PI), proponente da audiência, questionou:

— Me incomoda um debate só com mulheres. Como os homens podem se apropriar dessa pauta desse jeito? Discutir gênero como coisa de mulher é uma barreira que a gente tem que romper.

Lasier elogia decisão sobre prisão em 2ª instância

Lasier Martins (PDT-RS) elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a possibilidade de prisão para condenados em segunda instância pela Justiça. Para ele, é uma forma de combater a estratégia de muitos criminosos de recorrer indefinidamente para adiar a punição.

— Com isso, se combatem os abusos aos recursos processuais intermináveis que caracterizavam a situação de réus perigosos, contumazes, de crimes graves.

A decisão mantém o entendimento que o STF firmara em fevereiro. A ação que motivou a decisão foi proposta pela OAB, que defendia o direito dos condenados de primeira e segunda instância de aguardar em liberdade a decisão final.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ana Amélia lamenta Congresso não votar Fies

Ana Amélia (PP-RS) lamentou que a desorganização da base aliada e o bom trabalho da oposição tenham impedido o Congresso de votar o projeto que libera recursos para o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) quitar pendências com universidades privadas. Considerou frustrante ficar até as 3h da madrugada de ontem no Congresso e sair sem votar o crédito tão importante para 2 milhões de universitários. Ela espera que o governo edite uma medida provisória para agilizar o Fies.

A senadora comemorou decisão do STF favorável à prisão de pessoa condenada em segunda instância, sem necessidade de atender o prazo para o julgamento de recursos em última instância, confirmando sua decisão anterior. Disse que seria “incompreensível e inaceitável” se o STF alterasse seu entendimento.

Vanessa critica reforma do ensino médio por MP

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o fato de o governo Temer ter enviado ao Congresso a reforma do ensino médio por meio de medida provisória, pois isso limita a discussão ampla e profunda da questão. Disse estranhar que a proposta de reforma, que amplia a carga horária — o que significa mais despesas — seja apresentada no momento em que o governo propõe emenda à Constituição que limita por 20 anos os gastos públicos.

— Mas quem estará sujeito a esse limite? A educação, a saúde, o saneamento básico, o meio ambiente, tudo. Menos o quê? Menos a política financeira. Isso significa que os ricos ficarão mais ricos e os pobres, mais uma vez, pagarão o ônus pela crise — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medeiros defende ajuste e mudanças na educação

José Medeiros (PSD-MT) afirmou ontem que o Brasil enfrenta agora um difícil dilema: ajudar os estados que estão quebrados e, ao mesmo tempo, fazer o ajuste fiscal para equilibrar suas contas. Ele defendeu o ajuste como necessário para mostrar que o país pode administrar sua economia e oferecer segurança para os que querem investir, permitindo criar os empregos de que o Brasil tanto precisa.

O senador também defendeu a urgência na reforma do ensino médio e o seu envio por medida provisória.

— Não podemos fazer a reforma porque temos que debater. Até quando? Temos de fazê-la imediatamente. E se insurgir contra ela não é correto. Devemos entrar no debate para melhorá-la.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ciro destaca desempenho de escola do Piauí no Enem

Ciro Nogueira (PP-PI) homenageou o Instituto Dom Barreto, escola de Teresina que foi considerada a segunda melhor do país nos resultados do Enem e ocupa frequentemente boas colocações desde o início das avaliações.

— Trata-se de um estrondoso sucesso. A posição entre as dez melhores escolas brasileiras por aferição do Ideb e do Enem já é uma rotina e isso resulta de outra ação rotineira: lá o estudante passa mais tempo estudando. Mais estudo, mais aprendizado.

Para o senador, essa educação de qualidade só foi possível graças ao trabalho do professor Márcilio Rangel. Para o espírito educador de Rangel, morto em 2006, está presente em várias escolas pelas quais o professor passou no Piauí.



Ano Volpato/Agência Senado

Pastor Valadares apoia reforma da Previdência

Em discurso para lembrar o Dia do Idoso (1º de outubro), Pastor Valadares (PDT-RO) defendeu a reforma da Previdência. Para ele, o envelhecimento da população gera a necessidade de mudança agora para garantir a aposentadoria dos futuros idosos. O senador advertiu que a reforma não deve retirar direitos consagrados dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Também disse que o Senado precisa analisar a questão de forma dedicada e livre de ideias preconcebidas:

— Um profundo debate que envolva não somente especialistas econômicos, mas representantes da sociedade fará com que cheguemos a um bom termo que projete um futuro melhor para nossas contas públicas e previdenciárias.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Exportações para a Ásia devem crescer, diz Cidinho

O país tem boas perspectivas para as exportações de produtos brasileiros para a Ásia, disse Cidinho Santos (PR-MT). Segundo o senador, novas possibilidades se abriram depois da visita oficial do governo a vários países asiáticos em setembro. O senador fez parte da comitiva do ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

A área com mais avanços é a de produtos de origem animal, relatou. A viagem gerou compromissos de adequar a legislação à exportação de produtos como carne bovina, suína e de aves.

— Iniciou-se novo ciclo para as exportações aos países visitados. Foram ampliadas oportunidades de comércio e investimentos em vários setores do agronegócio — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lira festeja aniversário de Campina Grande

Raimundo Lira (PMDB-PB) registrou o 152º aniversário de Campina Grande (PB), cidade que considera exemplo de “modernidade, pujança e dinamismo”. Ele destacou a importância do município como polo tecnológico e exportador de mão de obra qualificada e disse que a cidade é sede de quatro das dez melhores escolas de nível médio da Paraíba.

— Como se diz por lá, “Campina não é grande, Campina é imensa” — exaltou.

O senador chamou a atenção para o nível crítico da Barragem do Boqueirão, que abastece a cidade. Ele salientou o estado de emergência declarado em 178 municípios devido à seca prolongada e afirmou que isso é um alerta para a importância da questão hídrica.



Waldemir Barreto/Agência Senado

IBGE pede apoio para Censo Agropecuário 2017

Presidente do instituto apelou a senadores que ajudem a reverter cancelamento da pesquisa, que já deixou de ser feita em 2011 e deveria ocorrer novamente no ano que vem

O PRESIDENTE DO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paulo Rabello de Castro, pediu aos senadores apoio para reverter decisão do governo federal de cancelar a realização do Censo Agropecuário em 2017. O apelo foi feito ontem em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Castro explicou que o último Censo Agropecuário foi feito em 2006. Os dados deveriam ter sido atualizados depois de cinco anos, mas a contagem prevista para 2011 não foi realizada. Um novo levantamento estava programado para o próximo ano, mas foi cancelado devido a cortes de recursos determinados pela equipe econômica do governo.

— Além de ser atitude contra a lei não realizar o censo, é civilizatório fazer um censo, para manter a sociedade informada — frisou, ao pedir aos senadores que o ajudem a convencer o presidente Michel Temer a manter a execução do levantamento.

Por reconhecer a importância de dados confiáveis sobre a produção agropecuária para o planejamento e os investimentos no setor, a presidente da Comissão de Agricultura,



Castro e Ana Amélia na audiência: a senadora sugeriu que a CRA destine emenda no Orçamento para realização do censo

Ana Amélia (PP-RS), propôs que emenda da CRA ao Orçamento da União de 2017 seja destinada à realização do Censo Agropecuário:

— Quero submeter à apreciação dos demais senadores [proposta] para que 50% [dos recursos das emendas] sejam destinados à realização do censo — sugeriu a senadora.

Ao concordar, Waldemir Moka (PMDB-MS) ponderou que as emendas não são impositivas e, para garantir que os recursos sejam efetivamente investidos no censo, ele propôs que a comissão se

empenhe na sensibilização das autoridades econômicas do governo federal.

— Temos que conversar com a área econômica, que tem que ter o compromisso de pagar ao IBGE, senão a emenda da comissão vai ficar como ficção — observou o senador.

Investimento

As sugestões foram apoiadas pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Antonio Anastasia (PSDB-MG). A CRA e as demais comissões permanentes do Senado têm até o dia 18 de outubro para apresentar

emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Conforme o presidente do IBGE, a realização do censo demandará um investimento de cerca de R\$ 1,15 bilhão. Desse total, R\$ 850 milhões serão destinados à contratação de 82 mil servidores temporários, dos quais 62 mil serão recenseadores, que recebem por produção. Para despesas com locomoção, treinamentos e processamento de dados, completou, serão necessários outros R\$ 300 milhões.

Munidos de tablets, os recenseadores visitarão 5,3

milhões de estabelecimentos rurais. Cada produtor rural responderá a um questionário desenvolvido em 284 telas, o qual, se impresso, teria 24 páginas e 49 quadros.

— O Brasil terá todo seu território mapeado, reunindo informações sobre o que se utiliza como área urbana, produção agropecuária, área indígena e área verde, conservada e a se conservar — explicou.

Os dados do censo são utilizados por institutos de pesquisa, universidades, instituições bancárias que financiam o campo, pelo mercado e para orientar as políticas públicas direcionadas ao setor.

Castro criticou o governo da ex-presidente Dilma Rousseff pela não realização do Censo Agropecuário em 2011.

— Naquele momento, com superavit primário e com relativa folga fiscal, a administração federal anterior, sem justificativa, omitiu o censo e o IBGE teve que se resignar a esperar pelo novo quinquênio. Por que a administração anterior “pedalou” o censo? — questionou o economista.

Para ele, o governo atual, ao cancelar o Censo 2017, repete falha da gestão anterior e comete um “erro gravíssimo”.



Waldemir Boneto/Agência Senado

Gladson destaca abstenção baixa no Acre

Para Gladson Cameli (PP-AC), o resultado das urnas faz aumentar a responsabilidade dos governantes, que devem honrar os votos recebidos, e abre a oportunidade de debate sobre novos rumos para o Acre. O senador lembrou que o nível de abstenção no estado ficou abaixo da média nacional, o que, segundo ele, mostra que o acriano confia no voto como instrumento de mudança política.

Ele sublinhou que a crise prejudicou a estrutura das pequenas cidades, nas quais a ausência do poder público é “gritante”.

— É no município que se dá o cotidiano das pessoas, onde a base de tudo é construída. Os municípios têm o papel de protagonistas na formulação e na ampliação das políticas públicas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Dário ressalta urgência da reforma eleitoral

O grande número de abstenções e de votos brancos e nulos nas últimas eleições reforça a ideia de que é preciso discutir a reforma eleitoral, afirmou Dário Berger (PMDB-SC) em Plenário. Entre as mudanças defendidas pelo senador, estão o fim das coligações proporcionais e da reeleição e a adoção da cláusula de barreira.

— Eleição de dois em dois anos é algo muito caro e prejudicial à nação.

Ele também comemorou os resultados obtidos pelo PMDB em Santa Catarina, onde o partido conquistou, entre prefeituras e vice-prefeituras, 137 cidades das 295 do estado e está na disputa de mais três no segundo turno: na capital Florianópolis, em Joinville e em Blumenau (como integrante de coligação).



Kátia Abreu/Agência Senado

Participar da política é crucial, diz Kátia Abreu

Kátia Abreu (PMDB-TO) parabenizou ontem a Justiça Eleitoral pela rapidez na apuração dos votos, mas lamentou que mais de 25 milhões de eleitores não tenham ido às urnas. Para a senadora, essa abstenção de quase 20% demonstra a insatisfação e descrença do brasileiro com os políticos e o sistema político. Ela advertiu, porém, que o eleitor deve desconfiar de quem pede voto dizendo que é apenas gestor, e não político. Também alertou para o risco da não participação política.

— Quem se afasta da política dá espaço para o mau caráter entrar. Não é a política que faz o desonesto, o mau gestor. Nós é que elegemos, sem saber, ladrões, oportunistas e maus gestores. Precisamos melhorar nossas escolhas.

Para Regina, eleição não tem grande vencedor

Regina Sousa (PT-PI) considerou preocupante o resultado das eleições municipais, nas quais, em sua opinião, ninguém foi o grande vencedor. Ela deu o exemplo da capital de São Paulo, onde dois terços dos eleitores não se sentiram motivados a votar. A senadora lamentou que a mudança da legislação sobre financiamento de campanhas não tenha impedido o predomínio do poder econômico. Regina chamou a atenção para a queda na participação das mulheres, o que ocorreu apesar das campanhas dos partidos e do Tribunal Superior Eleitoral, e apontou para a necessidade de reformas.

— As mulheres não saíram vitoriosas. Diminuiu o número de prefeitas e vereadoras. Não foi o que esperávamos.

Ela criticou o que chamou de “direcionamento” da Lava Jato, com interrupção das delações premiadas porque Temer estaria envolvido.



Paulo Paim/Agência Senado

Paim presta homenagem a Ulysses

Paulo Paim (PT-RS) homenageou o ex-presidente da Câmara Ulysses Guimarães (1916-1992), que completaria 100 anos ontem. Ulysses foi um dos maiores líderes da oposição à ditadura militar. O senador também saudou os 28 anos da Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, um dos maiores legados de Ulysses.

— Ulysses era um líder, um líder competente, ousado, honesto, corajoso, conciliador e um grande articulador. O doutor Ulysses foi um dos maiores defensores da democracia. Liderou a jornada que culminou com as Diretas Já. Deu a sua vida em defesa da liberdade, da justiça e da Constituição Cidadã — disse Paim.

Viana: governador Tião não é mais alvo da Lava Jato

Jorge Viana (PT-AC) registrou decisão unânime do Superior Tribunal de Justiça de arquivar investigação sobre o governador do Acre, Tião Viana, no âmbito da Operação Lava Jato.

Ele lamentou o que chamou de onda de denunciamento no Brasil.

— Na vida pública, estamos sujeitos a ser questionados sobre nossas atitudes, sobre nossa vida. Mas isso não pode virar uma condenação, um achincalhe. Eu acho que nós estamos seguindo uma espécie de marcha da insensatez.

O senador também comemorou o resultado das eleições em Rio Branco, com a recondução do prefeito Marcus Alexandre (PT). Ele informou que Alexandre veio a Brasília para se encontrar com seis ministros, entre eles o do Turismo, o das Cidades e o da Agricultura, para tratar de obras e programas da prefeitura com o governo federal para que tenham continuidade.